

A não-asserção permite que o cético fale?

Gisele Amaral

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

E-mail: gisele-amaral@uol.com.br

A equipolência é apresentada por Sexto Empírico como a condição necessária para se chegar à suspensão do assentimento dado a coisas obscuras, uma vez que o cético não suspende o assentimento em relação às afecções. Por outro lado, ele poderá expressar-se de algum modo a respeito das suas impressões. Contudo, o que ele disser acerca das afecções deverá tão somente revelar como tais afecções se mostram a ele, sem que haja um comprometimento entre o que ele declara e a verdade daquilo que está sendo declarado. Ante a adoção de um estado de 'não-asserção', segundo o qual o cético nem afirma, nem nega coisa alguma de modo enfático, caberá então investigar em que medida expressões do tipo 'não mais', 'talvez', 'é possível', 'não determino nada', dentre outras, usadas como prevenção contra o dogmatismo, conseguem garantir alguma voz ao cético.

Os fenômenos correspondem ao que Sexto Empírico reconhece como realidade *prodélica* (aparente) e é sobre esse tipo de evidência que o cético elabora o seu discurso. De acordo com Sexto, a produção de argumentos diretamente contrários acerca dos fenômenos não tem a intenção de rejeitá-los, pois a *epochê* não se aplica aos fenômenos propriamente ditos, mas àquilo que se fala a respeito deles.

Não refutamos as impressões passivas que nos conduzem ao assentimento involuntário; estas são as coisas aparentes (*phainomena*). Porém, quando investigamos se as coisas aparentes são na realidade tal como parecem ser, concordamos que elas aparecem, e nossa pesquisa não se dirige ao que aparece, mas ao que é dito acerca disso que aparece. Isto é diferente da investigação sobre o próprio aparente. (*HP I*, 19).

A finalidade da *skepsis* é mostrar a precipitação dos dogmáticos, além de prevenir contra o perigo iminente de perturbação que toda crença pode provocar. A *propeteia* é descrita por Sexto como uma moléstia que acomete dogmáticos e cuja terapia depende da aplicação do método cético, através do qual argumentos antinômicos equipolentes são referidos ao que é dito acerca da realidade aparente. Ao apresentar os princípios do ceticismo em *HP I* 12, Sexto Empírico afirma a *isostheneia* como princípio máximo (*arché malista*) da *skepsis*, pois é na medida em que para todo argumento se contrapõe um argumento com a mesma força persuasiva, que Sexto afirma que o cético não dogmatiza. Por isso, a equipolência almejada pelo cético é também uma condição necessária para se chegar à suspensão do assentimento em relação às coisas obscuras.

O cético investiga e descreve as coisas aparentes, porém os seus enunciados não pretendem dizer o que elas são ou qual é a sua natureza (*physis*); não é tarefa sua elaborar uma definição acerca do que aparece. Movidos por sua presunção (*oiésis* = suficiência; opinião), os dogmáticos são levados a se pronunciar sobre coisas obscuras (*tà adela*). Em *AM VIII* 145 Sexto Empírico identifica três tipos de coisas obscuras: as que são completamente

obscuras, as que são naturalmente obscuras e as que são provisoriamente obscuras. Assim, ele explica:

Provisoriamente obscuras, o são em razão de algumas circunstâncias externas [...]; naturalmente obscuras são as coisas que estão eternamente escondidas e que não são capazes de se mostrar à nossa percepção – por exemplo, a existência de um vazio infinito fora do universo. E completamente obscuras é o que se diz sobre as coisas cuja natureza é inapreensível aos seres humanos, como é o caso de saber se as estrelas são em número par ou ímpar.

Tudo aquilo que não se aplica à descrição das coisas obscuras pode ser entendido como evidente. Contudo, o discurso proferido sobre o que é evidente, portanto, sobre os fenômenos, não compromete o cético com qualquer pretensão de verdade ou falsidade. Se, por um lado, o cético considera, por exemplo, inapreensível à percepção o número de estrelas existentes no universo, por outro lado, ainda que a doçura do mel seja perceptível, isto não quer dizer que a natureza do mel não se mantenha ele mesma inacessível.

A inapreensibilidade das coisas em sua natureza (*pros tēn physis*) é um argumento persuasivo o bastante para que se dê a *epochê*, porém isto não quer dizer que Sexto Empírico defenda a abstenção a respeito da existência das coisas. As coisas que ‘aparecem’ x para A, podem aparecer y para B e esta é a forma genérica comum aos modos da *epochê*. Ela contém uma distinção fundamental para a sobrevivência do ceticismo: a distinção entre aparência e juízo. Sexto pretende evitar o juízo a respeito do que aparece, mas não pode recusar a aparência ela mesma. Um exemplo desta condição é o da torre quadrada que ‘parece’ redonda quando vista à distância. Segundo ele, os epicuristas interpretaram tal evento a partir das imagens – *simulacra* – explicando que os nossos sentidos não mentem, ainda que as propriedades dos objetos possam interferir nas aparências.

Mas a principal distinção entre o ceticismo e as demais filosofias é formulada por Sexto Empírico com base na maneira cética de conduzir uma investigação. Enquanto o cético não puder assegurar que as coisas sejam de tal modo, ele deverá atravessar as etapas que o conduzirão à suspensão – *epochê*. No entanto, não é somente no domínio da investigação que o cético se diferencia particularmente; mas, sobretudo, é no âmbito do discurso que ele se mostrará mais distinto em relação às demais escolas, pois ele se expressa com o cuidado de não assegurar o que não se sente capaz ou o que não é possível assegurar. Disso se segue que o que o cético disser acerca das suas impressões deverá tão somente descrever como tais impressões a ele se revelam, sem haver qualquer correspondência entre o que ele declara e a verdade daquilo que está sendo por ele declarado: “nós não asseguraremos que o que será dito aqui seja totalmente tal como dizemos, por isso discorreremos descritivamente sobre cada coisa de acordo com o que nos é agora aparente.” (*HPI*, 4) Essa precaução figura no texto de Sexto Empírico sob a forma de advertências que vão sinalizando para o leitor as particularidades da atitude cética: o cético não afirma; o cético não nega; o cético não dogmatiza; o cético não determina nada; o cético não fala enfaticamente e o cético suspende o assentimento.

A suspensão do assentimento, a *epochê*, é apresentada por Sexto Empírico como a principal ferramenta da conduta cética e descrita como passagem obrigatória para se chegar ao estado de sossego e de serenidade da alma (*HP I* 10). Segundo a descrição de Sexto Empírico, a *skepsis* consiste na habilidade de contrapor sensíveis e inteligíveis de todos os modos possíveis e,

uma vez encontrando igualdade segundo a crença ou descrença entre os termos antinômicos, proceder primeiro à *epochê* (suspensão) para, em seguida, alcançar a *ataraxia* (tranquilidade). Definida por ele como *stasis dianoias* (*status menti*), a *epochê* é uma *assensos retentio*, portanto, uma retenção, uma abstenção do assentimento, isto é, uma condição do pensamento graças à qual não negamos nem afirmamos coisa alguma. Por isso, a *epochê* tem um papel decisivo no âmbito das ações humanas, pois, a partir desse estado mental, instaura-se o paroxismo da indecisão que interfere e impede a precipitação da ação, afinal a suspensão do assentimento é uma decisão pela indecidibilidade. Pressupondo o esquema de ação estoico, a partir do qual Sexto Empírico elabora a sua crítica, nele a *synkatathesis* corresponde à noção de assentimento e expressa a concordância, a aceitação de uma impressão como verdade. Para se constituir como crença, é preciso haver essa *concordatio*, que é o próprio assentimento (a *synkatathesis*). De um lado, Sexto Empírico aquiesce a chamada *pathêtikê phantasia* (impressão passiva, portanto, a impressão sofrida), a qual, segundo ele, não constitui crença alguma; mas, de outro, rejeita a *katalêptikê phantasia* (a impressão compreensiva) entendida pelos estoicos como crença infalível. Para os estoicos, a contundência da *katalêptikê phantasia* é o que lhe concede o estatuto de critério de verdade, pois trata-se de uma impressão que agarra firmemente seu objeto (Cf. *HP* I 30), ainda que não seja suficiente para ser tomada como ciência (*epistêmê*).

O assentimento tem um papel crucial na teoria da ação estoica por ser um ato mental formalmente proposicional voltado para o conteúdo de uma impressão, acompanhado por um ímpeto – por uma *hormê*. As proposições são, por sua vez, os objetos dos atos de assentimento, enquanto as *hormai* estão voltadas para os predicados que estão contidos nas proposições. Nesse esquema, temos, em primeiro lugar, uma impressão, depois assentimos ao que é proposto, para, finalmente, nos dirigirmos ao que é predicado. O assentimento opera uma mediação formal entre as impressões que nos afetam (impressões passivas – *pathêtikê phantasiai*) e as ações que realizamos graças às *hormai*, ações de atração, ações de retração, de contenção etc.

Assim, o assentimento é um conceito-chave para os estoicos no âmbito da deliberação envolvida nas ações com base, sobretudo, na necessidade de se assegurar que o sábio sempre aja corretamente, portanto, com sabedoria. A *propeteia* é uma noção estratégica também para os estoicos, que a tratavam como sinal de ignorância e como evidência de imprudência e de perturbação. Justamente em razão dessa desqualificação, os estoicos, recorriam à *epochê* até que pudessem encontrar indícios seguros acerca do conteúdo proposicional de uma crença. Diferentemente dos céuticos, a *epochê* era um recurso metodológico utilizado em caráter provisório pelos estoicos. Enquanto o cético parece jamais estar convencido da existência de uma crença confiável a ponto de justificar a sua ação, os estoicos, ao contrário disso, buscavam exatamente a ponderação de suas crenças a fim de que pudessem agir sabiamente. Por isso, a principal condição para o reconhecimento da sabedoria do sábio era a *aproptosis*, ou seja, a ausência de precipitação. Cf. DL VII 48:

A precipitação nas afirmações estende seu efeito sobre aquilo que acontece na realidade, de tal maneira que aqueles que não têm apresentações bem disciplinadas caem na desordem e na irreflexão. De nenhuma outra maneira o sábio se mostrará penetrante e perspicaz, e sobretudo hábil na argumentação.

Como o assentimento pressupõe algum critério de julgamento, segundo o qual a ação poderá ser inclusive justificada como boa ou má ação, trata-se de uma matéria bastante controvertida entre estoicos e céticos, desafiando principalmente os últimos na solução do impasse da *apraxia* provocada pela abstenção total que é exigida do cético, uma vez aplicados os modos da suspensão que ele mesmo adota, lembrando que a atenção aos modos da *epoché* detalhados por Sexto Empírico em *HP I 36-163* não conduz o cético a uma paralisia em relação às ações mais elementares da vida ordinária. A elaboração dos modos que levam à suspensão do assentimento se dá especialmente como resposta às perturbações que atingem a todos e das quais tampouco o cético está completamente isento, como afirma Sexto em *HP I 29*:

Não sustentamos que o cético esteja completamente isento de perturbação, mas dizemos que ele é perturbado por coisas importunas (por imposições que não pode evitar); pois convém que por vezes ele sinta frio, tenha sede e experimente coisas deste gênero.

Todavia, mesmo as coisas importunas sobre as quais nos fala Sexto Empírico, colocam as pessoas numa situação dupla: “primeiro, por causa das próprias afecções e, numa medida nada menor, porque elas estimam que estas situações sejam ruins por natureza”. (*HP I 30*) No primeiro caso, não há como interferir, já que somos constantemente afetados de muitos e variados modos pelos fatores externos, sobre os quais não temos controle algum, não importando a extensão, tampouco a intensidade do seu impacto; porém, o cético se coloca de modo distinto em relação ao segundo caso. Segundo Sexto, julgar que esta ou aquela situação seja boa ou ruim por natureza pode aumentar ainda mais o impacto dos infortúnios que nos afetam. Por isso, o cético se afasta de toda e qualquer opinião sobre a natureza das coisas, por se tratar de matéria obscura. Nesse sentido, a não-asserção é apresentada por Sexto Empírico como uma postura capaz de auxiliar o cético na prevenção contra afirmações ou negações dogmáticamente formuladas. Ao apresentar a asserção em sentido geral como uma declaração que evidencia uma afirmação ou uma negação (*HP I 192*), Sexto exemplifica: ‘é dia’, ‘não é dia’. Em sentido específico, a asserção seria restrita apenas a afirmações. A não-asserção, por sua vez, corresponderia à recusa do sentido geral e, nesse caso, a não-asserção impede o cético de dizer assertivamente que ‘é dia’ ou que ‘não é dia’.

Não basta, contudo, apresentar as boas intenções céticas no intuito de nos proteger de abismos dogmáticos que nos incitam a cada momento. É preciso ainda convencer, sobretudo os opositores das ideias céticas, em primeiro lugar, de que as suas declarações estão fundadas no traiçoeiro solo movediço do dogmatismo; em segundo lugar, de que é possível conceber uma alternativa capaz de eliminar todas as crenças que nutrem as declarações dogmáticas; e, finalmente, talvez o convencimento mais difícil, de que o cético não seja exterminado junto com os seus próprios argumentos antidogmáticos, afinal, logo nos primeiros capítulos de suas *Hipotiposes*, Sexto Empírico admite que “o cético profere suas máximas de maneira que elas mesmas carreguem em potência sua própria limitação”. Afinal, como explicar que o cético dê o seu assentimento aos fenômenos, sem comprometer-se com a verdade dos enunciados proferidos sobre eles?

De saída, não é difícil perceber o caráter excêntrico do discurso cético, pois ele se contrapõe a toda uma tradição empenhada em construir paradigmas e regras que possam assegurar verdades e certezas e, acima de tudo, confiança

na própria linguagem. Sexto Empírico, nesse sentido, se mostra empenhado justamente em minimizar essa confiança, denunciando, por exemplo, a fragilidade da gramática como critério de verdade (ou falsidade) do discurso. Isso porque, aos olhos do cético, as coisas obscuras permanecem inacessíveis ao nosso discurso. O fato de experimentarmos a doçura do mel, não é suficiente para declararmos enfaticamente que o mel seja, efetivamente, doce.

Essas limitações discursivas também se aplicam ao conhecimento, pois as questões concernentes à natureza e à possibilidade do conhecimento são enfrentadas por Sexto Empírico face à falta de convencimento acerca dos critérios oferecidos pelas filosofias vigentes de maneira geral e pelos estoicos de modo mais contundente, provavelmente por se tratar da escola mais influente do período helenístico. Nessa altura, a epistemologia estoica estava fundamentada na segurança das impressões próprias dos seres racionais. Sexto Empírico admite que o cético dê o seu assentimento a aparências (*phainomena*) e afecções (*pathê*) e as expressões céticas são enunciadas justamente com base no que é aparente e sem a pretensão de assegurar o que quer que seja (HP I 15, 19, 23; II 10). Segundo Sexto, o que torna dogmáticos os dogmáticos é essa certeza do conhecimento acerca do que são as coisas por natureza. De fato, antes de enfrentarmos o espinhoso problema do conhecimento no âmbito do sistema cético, é preciso analisar mais amiúde as referências linguísticas que estão ao seu alcance e em que medida é possível utilizá-las sem comprometer o *telos* do ceticismo, pois as advertências de Sexto Empírico não parecem livrar a atitude cética de certa ambiguidade quanto à sua prática linguística. De acordo com a narrativa de Sexto Empírico, o cético parece bastante empenhado em fugir do dogmatismo justamente onde o dogmatismo mais se evidencia, a saber, na linguagem. Se levássemos as recomendações sextianas 'ao pé da letra', a não-asserção (*aphasia*) teria de ser considerada, ao menos provisoriamente, tal como o próprio termo grego sugere, como a privação da palavra, portanto, como a não-palavra, não restando ao cético outra coisa senão o silêncio. Esta não parece, contudo, ser a maneira mais adequada de se interpretar toda a reflexão de Sexto Empírico sobre a *skepsis* legada através dos seus escritos. Afinal, para alguém que estivesse buscando o silêncio, Sexto Empírico falou demais! Como todos nós, o cético também fala; fala, inclusive, sobre como se deve falar se não se quiser falar dogmaticamente.

Depois de comentar detalhadamente cada um dos modos da suspensão (HP I 36-186), Sexto Empírico elenca algumas expressões usadas pelo cético para evidenciar a sua disposição e revelar as suas afecções. Trata-se das expressões: 'não mais'; 'talvez'; 'é possível'; 'não determino nada', dentre outras. Através de expressões desse tipo, o cético seria capaz de falar sobre as suas impressões de modo não assertivo. A *aphasia* tem muita semelhança com a própria *epochê*, pois a não-asserção é também um recurso mental através do qual o cético se recusa tanto a afirmar quanto a negar algo. Isto porque, quando o cético, por exemplo, diz: *epecho* (suspendo o assentimento), ele está tão somente descrevendo a insuficiência para a formulação de um juízo a partir de como se mostram a ele os argumentos em questão. As expressões céticas acima mencionadas surgem no texto de Sexto após o seu comentário detalhado dos modos da suspensão. Essas expressões são literalmente os sons vocais (*phônai*) que dão voz ao cético.

Curiosamente, ao fazer uso de cada um dos modos que levam à suspensão do assentimento, Sexto esclarece que invocou expressões que, de um lado, revelam a disposição cética e, de outro, as próprias afecções. Essas expressões são moduladoras do discurso e corroboram a intenção não-assertiva própria dos enunciados céticos. Uma expressão do tipo *ou mallon*, por

exemplo, revela uma afecção segundo a qual somos levados ao equilíbrio em razão da igualdade de forças entre as oposições nela implícitas. A respeito disso, Sexto afirma: “nós chamamos ‘força igual’ em relação ao aparente que é provável para nós; ‘opostas’ em relação ao que, de maneira geral, está em conflito e ‘indiferente’ em relação à impossibilidade de dar o assentimento a qualquer um dos lados”. (HP I 190). Ainda que a expressão *ou mallon* (não mais) manifeste o traço de uma aceitação ou de uma recusa, Sexto pretende empregá-la indiferentemente e, segundo afirma, de modo inexato (*katachrêtikôs*), “quer no lugar de uma pergunta, quer no lugar de dizer ‘eu não sei à qual destas coisas deve-se dar o assentimento ou à qual delas não se deve’” (HP I 191); e conclui a explicação corroborando os efeitos moderadores que o uso da expressão provoca tanto sobre aquilo que está sendo dito, quanto sobre si mesma. Diz ele: “Nós propomos mostrar o que, para nós, é aparente; quanto à expressão através da qual evidenciamos o que nos é aparente, isso é indiferente. É preciso saber que nós pronunciamos a expressão ‘não mais’ sem assegurar enfaticamente (*diabebaiôs*) que ela seja verdadeira e certa, mas apenas dizendo, também em relação a ela, o que aparece para nós”.

Desse modo, o cético não dogmatiza nem mesmo quando pronuncia tais expressões, pois “ao pronunciar essas expressões, ele diz somente o que a ele se mostra e, de modo não dogmático, relata sua impressão, sem assegurar nada sobre os existentes”. (HP I 15)

Considerações finais

Se, por um lado, a linguagem é utilizada no intuito de descrever um estado mental do que é aparente para quem o está experienciando, não importando o cunho ontológico do conteúdo experimentado, por outro lado, uma concepção de linguagem não subordinada aos princípios referenciais seja da lógica clássica, seja da lógica estoica parece proporcionar uma versatilidade discursiva mais adequada ao caráter *prodélico* do real, tal como foi referido no início desta apresentação. Sexto também parece interessado em expressar-se de maneira adequada a partir dessa mobilidade na medida em que não transgrida o caráter instantâneo dos enunciados que descrevem impressões sobre o aparente e que tão somente duram no agora. Essa postura atribuída ao cético não deixa de desafiar a nossa compreensão sobre o tipo de conhecimento que seria possível com base no agora. Nesse sentido, a linguagem figura como o ato de locução praticado meramente na intenção de dizer as coisas da vida comum, tal como elas se mostram e no momento em que se mostram, sem que para isso dependa de uma estrutura lógico-formal rígida concebida no âmbito das asserções.

Sexto Empírico reconhece haver uma perversão assertórica que é arrastada pela linguagem a cada proposição que pretende assegurar uma verdade. Ele admite a veiculação do conteúdo informativo de uma sentença, porém reconhece a impossibilidade de se sustentar a verdade de proposições sem que, com isso, se esteja incorrendo nos riscos característicos do dogmatismo, ou seja, amparada em crenças e opiniões. A pretensão de que é possível conceber um discurso que seja, por um lado, capaz de expor as afecções humanas implicadas e, num certo sentido, irrenunciáveis da vida ordinária e, por outro, capaz de cumprir essa intenção sem que, para isso, tenha de necessariamente assegurar de maneira enfática o seu conteúdo, parece ser o cerne da posição cética relativa à sua concepção de linguagem. Nesse sentido, no esquema cético proposto por Sexto Empírico, também a linguagem passa a

A não-asserção permite que o cético fale?

ser tratada como fenômeno, como um aparente – e, desse modo, parece afinada com o único critério possível de ação por ele admitido. Como afirma Sexto em *M XI 165*, “o cético não conduz a vida de acordo o *logos* filosófico, mas graças à observação não filosófica – *aphilosophon têtêsin* – da vida, ele é capaz de escolher algumas coisas e de evitar outras”. Essa passagem evidencia que Sexto Empírico tem uma atitude negativa em relação à filosofia. Qualquer tentativa de encontrar uma positividade no ceticismo de Sexto Empírico parece não somente impertinente, mas sobretudo fracassada, uma vez que o desafio de interpretar essa atitude positiva arrasta consigo o desafio de encarar o ceticismo como substitutivo da própria filosofia.

Sképsis 2018